

## **MULHERES MAGAREFES DO RIO GRANDE DO SUL: UMA BREVE ANÁLISE A PARTIR DAS FICHAS DE QUALIFICAÇÃO DA DRT-RS (1933 – 1944)**

Ângela Pereira Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

A pesquisa utiliza-se principalmente do acervo da DRT-RS abordando um pouco sobre os dados contidos nele. Mais especificamente, dados que englobem a atuação de mulheres na profissão de magarefe. Profissão essa que na pesquisa estudada, apresenta em exercício um total de 114 mulheres, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. A profissão era tida por masculina e, podemos reafirmar isso através de um comparativo com a quantidade de homens que são empregados nessa atividade. Cerca de cinco vezes superior ao número de mulheres. Apesar desta seleta quantidade de mulheres atuando na profissão é para este grupo que voltaremos nossa atenção. Assim, utilizando principalmente de estatística para a elaboração do texto, buscamos compreender essa atuação feminina mesmo não sendo algo predominante neste mundo urbano, mas que pode nos dar muitas informações sobre o mundo do trabalho feminino gaúcho.

### **Considerações iniciais**

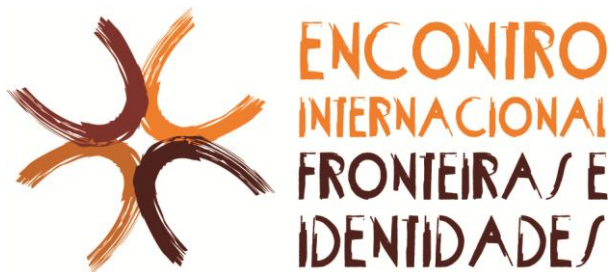
A pesquisa utiliza-se do acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica (NDH), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Para a construção da pesquisa foram utilizadas as fichas de qualificação profissional, documento preenchido no momento em que o empregado<sup>2</sup> solicita a sua carteira profissional. Essas fichas também são chamadas de ficha-espelho e, todas as utilizadas, foram consultadas através de um banco de dados digital, existente no local LONER (2010, p.19) explica melhor o acervo:

No ano de 2001, o arquivo da Delegacia Regional do Trabalho de Estado, reunindo material de 1933 a 1968, teve transferida a sua guarda do Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS para o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. O total de documentos é de 627.213 fichas, com dados e fotos individuais, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros. Também fazem parte do acervo documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos, inclusive de atividades sindicais, somando mais 28.593 unidades.

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas. Acadêmica do curso de História Licenciatura. Bolsista do PET Diversidade e Tolerância. E-mail: angelapoliveira2@gmail.com

<sup>2</sup> A nomenclatura “empregado” é utilizada como sinônimo para trabalhador, uma vez que, teremos trabalhadores desempregados solicitando a sua carteira profissional.



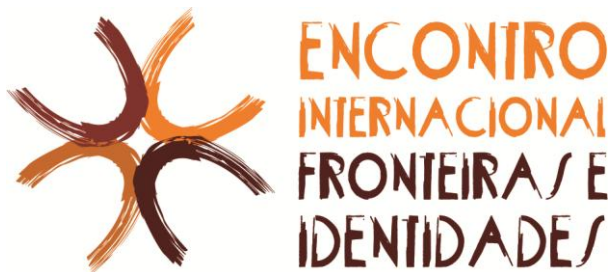
Essa pesquisa tem por um dos objetivos, compreender aspectos da história das mulheres no mundo do trabalho gaúcho, a partir de uma profissão em específico, a de magarefe. Ao longo do artigo buscamos também entender quem eram as mulheres magarefes e suas especificidades, isto é, conhecê-las através de algumas características e aspectos possíveis de serem indagados tendo em vista as limitações da fonte trabalhada.

Sabemos que foi “durante o Governo Provisório que a legislação trabalhista, previdenciária e sindical ganhou corpo no Brasil” (GOMES, 2002, p.28-29). Neste contexto, pós-revolução de 30, é instituída por decreto a criação da Carteira profissional pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). A primeira carteira profissional seria emitida no ano de 1933, para o presidente em exercício, Getúlio Vargas. Ela substituiu as que anteriormente eram emitidas pelos sindicatos. Posteriormente, a carteira profissional passa a ser chamada de Carteira de Trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa com as mulheres magarefes do Estado do Rio Grande do Sul utilizou-se a busca no Banco de dados digital, pelos campos: profissão e sexo. Com as informações coletadas, se construiu tabelas de dados a fim de melhor visualização e organização. Lembrando que, para a elaboração deste trabalho, estudamos as mulheres magarefes a partir da DRT-RS, não sendo, portanto, todas as mulheres que realizavam este tipo de trabalho. Considerando que, aquelas não registradas pelo governo através da solicitação da carteira, não foram possíveis de identificação neste momento.

É importante destacar também que algumas fichas sofreram com a deterioração do material documental enquanto outras não chegaram ao acervo do NDH/UFPel. O acervo existente hoje, portanto, não corresponde ao total das fichas expedidas no período, em razão de algumas perdas, como mencionado, correspondendo a uma parcela do original. Ainda assim, a documentação é bastante rica no que se refere a informações sobre os trabalhadores e, nos permite muitas possibilidades de pesquisa.

A implantação da carteira profissional “reconheceu legalmente a existência de algumas profissões” (GOMES, 2002, p.27). Assim é plausível afirmar que estas mulheres tinham um reconhecimento formal do desenvolvimento de sua atividade econômica. No texto faremos, primeiramente, uma apresentação das informações obtidas sobre estas mulheres, em seguida, daremos enfoque a um caso específico.



### **As mulheres magarefes**

As fichas de qualificação profissional da DRT-RS apresentam limitações sobre os trabalhadores gaúchos, dependendo da pesquisa e dos questionamentos, se faz necessário o entrecruzamento com outras fontes. Mesmo assim, como relata SPERANZA o acervo “contêm informações detalhadas sobre os trabalhadores, como foto,” e também “dados sobre a empresa trabalhada” (2013, p.02). Observemos o trecho em que KOSCHIER (2006, p.16) também descreve sobre as anotações das fichas da DRT-RS:

Quando da confecção da Carteira Profissional o requerente prestava uma série de informações [...] que davam conta das características físicas, tais como altura, cor da pele, dos olhos e do cabelo, familiares (filiação, descendentes) e profissionais (função, profissão, sindicalização, local de emprego), além de dados específicos para estrangeiros e outros dados pessoais.

A partir destes dados, descritos acima, que as fichas possuem, selecionamos alguns para serem abordados no texto. Ao qual optamos pela utilização como metodologia principal a história quantitativa<sup>3</sup> que pode ser apropriada para diversas modalidades historiográficas. Além disso, também buscamos uma pesquisa qualitativa, aliando as informações coletadas e os dados extraídos, ao embasamento de referências bibliográficas.

Numericamente falando, destacamos que o acervo da DRT-RS, até o ano de 1944 possui 22% de suas fichas preenchidas por mulheres e, cerca de 1,2% destas mulheres atuam como magarefe. Isto é, havia ao total 114 mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, desempenhando esta profissão<sup>4</sup>.

Inicialmente, notamos que esta era uma profissão tida na época por masculina, e essa observação se confirma no comparativo com os homens que realizam a mesma atividade, ao total era 645, segundo dados retirados da DRT-RS. Ou seja, em torno de cinco vezes mais que o número de mulheres. Essa diferença estatística pode ser observada no gráfico abaixo:

---

<sup>3</sup> A apropriação deste conceito se deu a partir de dois textos: FURRET, François. O quantitativo em História. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) Fazer história: novos problemas. [sl]: Bertrand, 1977. E também: BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. In: História Revista [online]. Goiânia, 2012. v.17. n.1. pp.203-222. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/21693/12765>, acesso em 02 de setembro de 2014.

<sup>4</sup> Como fora mencionado anteriormente no texto, trabalhamos apenas com as mulheres que possuem um registro oficial da realização da profissão através das informações contidas no acervo da DRT-RS. Se haviam mais mulheres desempenhando esta função não foram possíveis de localização neste momento da pesquisa.

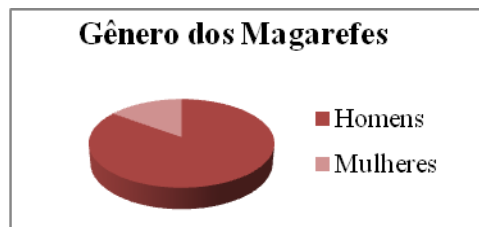


Gráfico 1. Gênero dos trabalhadores Magarefes da DRT-RS. Fonte: DRT-RS, 2014.

Iniciado esse contato incipiente com os dados da pesquisa, passamos a focar nas características pessoais. Depois de levantadas, fizemos algumas colocações sobre elas. Chegamos então, à percepção de que a maioria destas mulheres se afirmava de cor branca<sup>5</sup>, como esta sendo demonstrado no gráfico a seguir. Essa constatação não foi algo novo, pois, LOPES já havia feito essa observação em seu trabalho com a DRT-RS onde ele destaca: “a predominância dos pedidos estava entre os trabalhadores que se declaravam brancos” (2013, p.08).

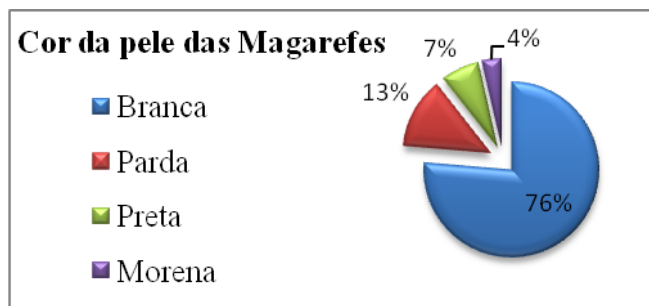


Gráfico 2. Declaração de cor. Fonte: DRT-RS, 2014.

Observando o gráfico, notaremos que apenas 24% das trabalhadoras magarefes declararam outra cor que não a branca. Reafirmando o que foi exposto anteriormente. Outro ponto considerado, que optamos por dar ênfase, se refere às cidades na qual estas mulheres estavam empregadas no Estado. Priorizamos somente aquelas com significativos números destas profissionais<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> As declarações de cor nem sempre se relacionam com o sexo do declarante e nem com o gênero da palavra “cor”, encontramos nas fichas, por exemplo, mulheres com a cor “preto” declarada.

<sup>6</sup> As Demais cidades possuem apenas uma trabalhadora, por isso foram deixadas de lado, entre elas: Pelotas, Canoas, Pindorama, Prata, Getúlio Vargas, Tupancireta. À exceção da cidade de Guaporé que possui três mulheres magarefes, ainda assim, o número foi considerado pequeno e por isso não aparece no corpo do texto.



Como, por exemplo, temos, primeiramente, a cidade de Rio Grande com um total de 59 magarefes, seguida de Alfredo Chaves<sup>7</sup> com 18 e de José Bonifácio<sup>8</sup> com 15, por fim, a cidade de Ijuí com 10 mulheres magarefes. Algo que pode ser explicado pela questão econômica destas cidades, isto é, de sua produção e manuseio da carne em função da abundância da matéria prima nas proximidades locais.

Outro viés que pode ser percebido nas fichas de qualificação da DRT-RS se refere ao estado civil das trabalhadoras. O trabalho possibilita maior autonomia às mulheres, e, essa autonomia é “frequentemente representada como conflitante com os interesses da vida matrimonial” (GONÇALVES, 2010, p.237). Essa construção cultural de que a mulher casada deve voltar-se ao privado, criou um estereótipo, que a historiografia atual busca desconstruir sobre as trabalhadoras que, durante muito tempo foram vinculadas às mulheres “solteironas”.

O objetivo do trabalho não é fazer uma abordagem mais aprofundada no assunto. Mas, foi destacado como forma de demonstrar através de dados, alusões para que essa construção histórica e cultural se desse. Uma vez que, a maioria dessas magarefes se declararam solteiras. Todas as mulheres magarefes encontradas na DRT-RS declararam o seu estado civil. Esse dado mencionado pode ser observado no gráfico que segue:

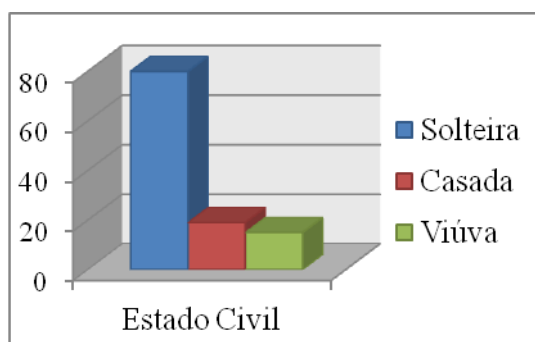
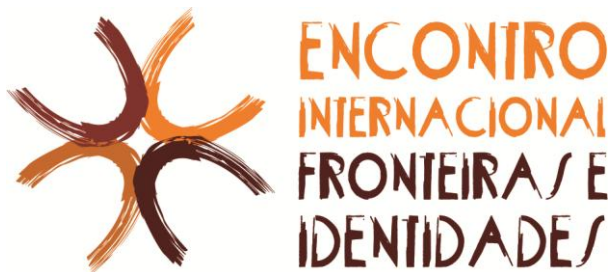


Gráfico 3: Estado Civil das trabalhadoras Magarefes. Fonte: DRT-RS, 2014.

Alguns aspectos foram destacados na pesquisa e julgamos relevantes, também serão mencionados no texto. Por exemplo, nas fichas de qualificação da DRT-RS havia um campo para preenchimento em que o solicitante declarava se possuía algum tipo de sinal particular, como forma de auxílio na sua identificação. Usamos a análise desse campo para identificar

<sup>7</sup> A cidade de Alfredo Chaves atualmente é chamada de Veranópolis.

<sup>8</sup> José Bonifácio passa a denominar-se Erechim no ano de 1944, portanto, encontramos no acervo da DRT-RS duas nomenclaturas. Nessa pesquisa foram somadas as trabalhadoras para a confecção da tabela, ficando o nome daquela em que predomina o número de trabalhadoras.



marcas de acidentes de trabalho. Algo que poderia ser bastante comum em nossas pesquisadas, devido aos instrumentos de trabalho utilizados por elas serem, principalmente, objetos cortantes. No entanto, em nossas buscas não nos deparamos com nenhuma das mulheres apresentando algum sinal de acidente de trabalho<sup>9</sup>.

Quanto ao item idade, ela não vem discriminada nas fichas de qualificação profissional, porém, é possível calculá-la, já que nelas consta a data de nascimento<sup>10</sup> e a data da solicitação do documento, isto é, do preenchimento da solicitação. Assim, encontramos uma diversidade de idades, variando dentro do limite de 15 a 49 anos. Lembrando que a idade mínima para a solicitação da carteira profissional era de 16 anos. O que nos leva ao entendimento de que estas meninas com 15 anos estavam prestes a completar a idade necessária<sup>11</sup>.

Rememorando, a fonte possibilita uma enormidade de pesquisas como outrora se destacou. Terminaremos por destacar que podemos rastrear uma mesma família o que nos permite traçar alguns aspectos sobre a vida desses trabalhadores. Em nossa pesquisa encontramos uma mesma família onde três irmãs são magarefes.

O primeiro questionamento que nos suscitou foi qual a profissão do pai destas trabalhadoras, isto é, se ele vivia no Brasil, se solicitou carteira profissional e se também era um magarefe. Esse questionamento se originou devido às colocações de SAVAGE, sobre uma situação na Inglaterra, mas que também pode ser aplicada ao Brasil, em cronologias diferentes. Ele discorre sobre a hereditariedade de algumas profissões numa fase de industrialização florescente como se pode notar subsequentemente:

Em meados do século XIX, prevalecia uma distinção no interior do operariado, dado o fato de os filhos dos trabalhadores qualificados tenderem a seguir o ofício dos pais, enquanto os filhos dos trabalhadores não qualificados provavelmente ficavam de fora dos postos que exigiam habilitação profissional [...] Por volta de 1914, havia muito mais mobilidade entre os trabalhadores qualificados, semiquilificados e não qualificados (SAVAGE, 2004, p. 35).

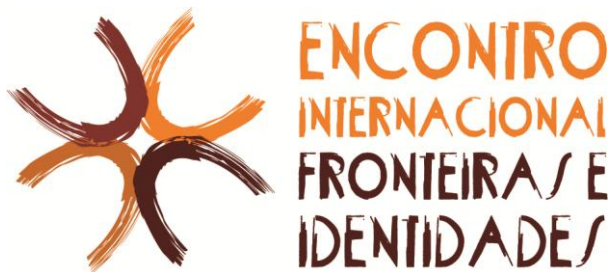
---

<sup>9</sup> Os acidentes de trabalho eram algo bastante comum nestas décadas, considerando que eram precárias as condições de trabalho. Em alguns jornais como, por exemplo, o *Correio Mercantil*, da cidade de Pelotas, era muito frequente as notas sobre acidentes de trabalho durante a década de 1930. Na imprensa local também se fazia referências à falta de segurança do trabalhador.

<sup>10</sup> Não foi possível calcular a idade de seis mulheres por não ter a suas datas de nascimento preenchidas.

<sup>11</sup> Ao total encontramos três meninas ainda com quinze anos.





Indo em busca do pai, através de seu nome, localizamos sua ficha e constatamos que ele não era um magarefe, como se esperava, em função do exposto acima. Pois, ele tinha a profissão de servente. Porém, a empresa em que estava empregado era a mesma onde estavam suas três filhas.

Essa família é formada por estrangeiros que chegaram ao Brasil no ano de 1927<sup>12</sup>. SALABERRY destaca a importância dos imigrantes nesta mesma fase analisada, aponta que “a imigração e a colonização tiveram papel significativo na industrialização” (2012, p.80). Ele aborda ainda que a importância do imigrante estava tanto na sua utilização como mão de obra como na implantação de novos estabelecimentos por eles.

Provenientes da Itália, encontramos uma variação na escrita dos sobrenomes, o que pode ter ocorrido em função de que o preenchimento das fichas se dava por um funcionário do governo e não pelo solicitante. Encontramos a escrita variando entre Pasionot e Pasinot. Dentre as informações obtidas através das fichas temos que essa família estava estabelecida na cidade de Alfredo Chaves.

Ademais, percebemos que nenhuma delas estava vinculada a algum sindicato. O pai alegou em sua ficha ter seis filhos, porém, os outros não foram identificados e nem a mãe. A filha mais velha, entre as três irmãs, de 27 anos, possui uma mãe diferente das outras irmãs, a mesma possui dois filhos que nasceram no Brasil<sup>13</sup>.

Surgiu então interesse por este aspecto e, iniciou-se uma busca pelas mulheres magarefes estrangeiras que tínhamos em nosso banco de dados digital<sup>14</sup>. Resgatamos, além das três irmãs já mencionadas, apenas mais duas trabalhadoras. A primeira, residente na cidade de Rio Grande, era proveniente do Uruguai e possuía seus 24 anos no momento em que solicitou sua carteira profissional. Já a segunda, era natural de Portugal e residia na mesma cidade da anterior, sua idade, porém, não foi permitido calcular, em função de sua data de nascimento não estar preenchida.

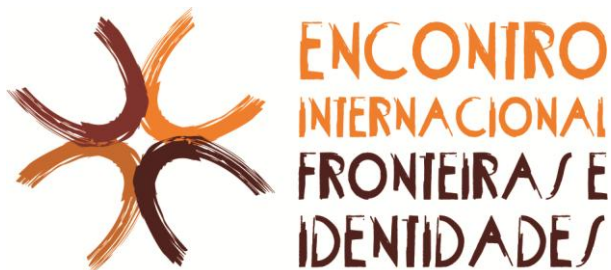
Com esta pesquisa constatamos que a maioria das trabalhadoras era de nacionalidade brasileira, em torno de 95% delas.

---

<sup>12</sup> Dado que também foi extraído da ficha de qualificação profissional destes solicitantes. Havia um campo nas fichas para preenchimento exclusivo de estrangeiros.

<sup>13</sup> Não há muitas informações sobre os filhos desta trabalhadora.

<sup>14</sup> O banco de Dados Digital permite que consultas sejam feitas do ano de 1933 ao ano de 1944, as fichas de qualificação posteriores a esta data, destacando que as fichas vão até o ano de 1968, ainda se encontram em processo de digitação e sua consulta não pode dar-se pelo banco de dados digital.



### **Considerações finais**

Concluimos destacando que conhecer melhor sobre estas mulheres nos permitiu especular que elas ingressaram como magarefes, principalmente, em grandes empresas, onde o número de profissionais era bastante elevado, não só na mesma função desempenhada por elas, mas como um todo.

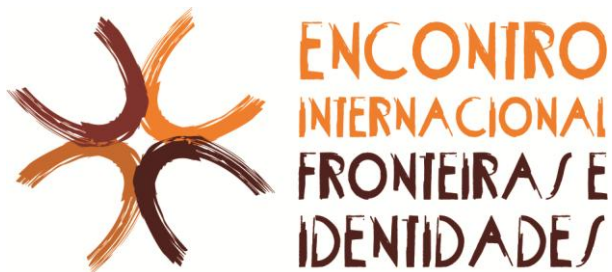
MICHELON coloca que “o extrato de carne tornou-se conhecido em todo o mundo e foi a sua rentabilidade que suscitou o empenho em colocar fábricas do artigo em locais onde a matéria prima fosse abundante e mais barata” (2012, p.21). Esse tipo de empresa foi muito importante para a consolidação da industrialização no Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, a colocação da autora sobre a busca por mão de obra barata, nos leva a um possível entendimento das causas de contratação de mulheres para esta função.

Algo extremamente significativo e que não podemos deixar de mencionar sobre nossa pesquisa é que apesar de agregarem um universo de trabalhadoras urbanas, as mulheres magarefes se diferenciavam muito, não sendo, portanto, um grupo homogêneo. E essa conclusão se dá a partir do momento em que mesmo com limitações da fonte trabalhada, que não nos permite saber ainda mais sobre cada uma dessas trabalhadoras, ainda assim, nos permite identificar muitos aspectos que as diferenciam. Entre esses aspectos podemos mencionar, como exemplo, a cor, a etnia e a idade.

Para a pesquisa conseguimos traçar um perfil de como era a mulher nessa classe trabalhadora gaúcha a partir da obtenção de informações dos documentos oficiais abordados. Esta mulher se apresentaria como de cor branca e solteira, tendo em média uma idade variando de 16 a 26 anos e estando empregada em um frigorífico.

Porém, como é possível constatar ao longo do texto, as diferenças entre elas são diversas e, mesmo que a fonte não nos mostre muito além conseguimos notá-las. Cada uma delas é única e suas histórias fazem parte da história da industrialização gaúcha, sendo estas, grandes agentes fomentadores desse processo.





### Referências Bibliográficas

GOMES, Angela M. de C. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

GONÇALVES, Eliane. “Remar o próprio barco”: centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. **Cadernos Pagu** [online]. 2010. n.34. pp.235-268. Disponível em [www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a10n34.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a10n34.pdf) Acesso em 20 de maio de 2014.

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. **Perfil dos trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho-RS**. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso [org.] **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros a partir das fichas de qualificação profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. – SC, 2013.

MICHELON, Francisca. Ferreira. **Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: as imagens do passado nas fotografias do presente**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2012. v.1. 1.ed.

SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no bairro do Porto: Pelotas –RS (1911-1922)**. Pelotas: UFPEL, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SAVAGE, Mike. Classe e história do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004. Capítulo I. pp.25-47

SPERANZA, Clarice G. Operários e Controle do estado – A implantação da carteira profissional no Rio Grande do Sul. In: II Congresso Internacional de História regional, 2013, Passo Fundo. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**. Passo Fundo – RS: Editora da UPF, 2013. pp.01-12.